

UMA LÍNGUA DE ESTADO NÃO SEXISTA. DESCOLONIZANDO A LÍNGUA OFICIAL DA DOMINAÇÃO SEXUAL

Mônica Graciela ZOPPI FONTANA¹

RESUMO

Em 2014 foi publicado o *Manual para o Uso Não Sexista da Linguagem*, elaborado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres, do Rio Grande do Sul, Brasil. O objetivo desta publicação é, conforme explicitado em suas primeiras páginas, “proporcionar às e aos servidores públicos uma ferramenta clara e simples que lhes sirva para a implantação e o uso de uma linguagem inclusiva nas práticas escritas e orais de onde trabalham, direta ou indiretamente, especialmente àquelas que desenvolvem programas de atendimento à população”. Uma iniciativa semelhante foi adotada em Portugal em 2009. A questão do sexismo na linguagem não é nova no campo dos estudos da linguagem, tendo sido abordada desde a década de setenta por disciplinas como a sociolinguística e a sociologia da linguagem. A eleição de mulheres para altos cargos políticos e institucionais atualizou essa discussão no âmbito do Estado e deu lugar a tentativas de legislar sobre o assunto. Neste artigo, centramos nosso interesse nos efeitos sobre o processo de instrumentação da língua portuguesa produzidos por políticas linguísticas explícitas que intervêm declaradamente na luta contra práticas sexistas da sociedade. A nossa pesquisa se coloca no cruzamento das disciplinas História das Ideias Linguísticas e Análise de Discurso, ao se interrogar sobre os efeitos sobre a língua oficial que essas iniciativas provocam e ao analisar o funcionamento destes novos instrumentos linguísticos, que impostos pela força do Estado, disputam ao gramático um saber sobre a língua e o projetam sobre a cidadania como um novo espaço de interpelação/subjetivação.

PALAVRAS-CHAVE: instrumentos linguísticos, cidadania, língua oficial, sexualidade, discurso jurídico.

A língua oficial

É constitutivo da relação do Estado nacional com as línguas faladas no seu espaço territorial o gesto institucional de privilegiar uma (ou algumas) dessas línguas e

¹ Bolsista PQ-CNPq, auxílio FAPESP.

UNICAMP, Instituto de Estudos da Linguagem, Departamento de Linguística, Rua Sérgio Buarque de Holanda, 571. CEP 13083-859 - Campinas - SP – Brasil, monzoppi@iel.unicamp.br

instituí-las juridicamente como língua(s) oficial(ais). Guimarães (2005:11) define *língua oficial* como “a língua de um Estado, aquela que é obrigatória nas ações formais do Estado, nos seus atos legais”. A língua oficial resulta, portanto, de uma decisão de Estado que exerce pressão normativa sobre os aparelhos de Estado, notadamente o judiciário e a Escola, impondo essa língua como aquela exigida aos cidadãos na sua relação com a estrutura administrativa estatal².

A instituição de uma língua oficial encontra suas raízes históricas em processos de dominação política e econômica e se firma ao longo do tempo por meio de dispositivos legais e institucionais que fornecem o esteio a processos de instrumentação e institucionalização dessa língua. No caso do Brasil, a instituição do português como língua oficial é efeito do processo de colonização portuguesa e seu percurso pode ser traçado historicamente até o *Directorio dos Índios*, promulgado pelo Marques de Pombal (1757), gesto fundador de políticas linguísticas destinadas a impor a língua portuguesa no território brasileiro³. Os efeitos dessa imposição afetam constitutivamente os processos de subjetivação/individuação dos brasileiros, fazendo parte dos processos de construção de uma identidade nacional, sustentada pela homogeneização abstrata dos sujeitos em torno de uma língua oficial, imaginariamente una, homogênea e igual para todos os cidadãos do Estado: *a língua oficial da cidadania brasileira*.

Instituído/imposto como *língua oficial* do Brasil, o português foi objeto de um intenso processo de gramatização (Auroux, 1992), pelo qual a língua do colonizador se instrumentalizou e institucionalizou no Brasil, enquanto *língua nacional*, de forma diferenciada ao modo como se deu no Portugal e em outros países onde a língua portuguesa também é língua oficial do Estado. Pelo seu percurso histórico, a gramatização brasileira deve ser analisada considerando sua relação constitutiva com diferentes memórias discursivas afetadas: pela presença viva das línguas indígenas e africanas no território nacional, pela extensão da prática das línguas gerais no passado colonial e ainda hoje em certos estados brasileiros, e pelos movimentos literários e políticos em defesa de uma nacionalidade brasileira identificada por oposição ao Portugal. Este forte processo de gramatização brasileira do português, aliado ao processo de escolarização da população promovido pelo Estado, permitiu a consolidação de uma unidade imaginária para essa língua, significada como *língua*

2 Retomamos brevemente a seguir considerações sobre a língua oficial desenvolvidas em Zoppi Fontana (2013).

3 Cf. Araújo, 2007; Mariani, 2004

nacional, isto é, não só como língua do Estado brasileiro, mas também da nação e povo brasileiros, representados imaginariamente na unidade e homogeneidade cultural e linguística historicamente construída para compor a evidência de uma identidade nacional.

Importa esclarecer que consideramos a *língua oficial* como uma dimensão da linguagem, no sentido definido por Payer (2009a; 2009b), que estuda os processos históricos e simbólicos que relacionam as línguas aos sujeitos e aos estados nacionais em termos de memórias discursivas. De acordo com esta autora:

Uma língua é sempre habitada pela memória de outras, e cumpre explorar não somente o importante arquivo linguístico já objetivado na relação da sociedade com a língua (Auroux, 1992), sob o estatuto de língua nacional, mas também explorar aquilo que 'da língua' restou no espaço do in-forme, do sem lugar, do ilegítimo da língua na própria língua. [...] A distinção é necessária ao nosso ver tanto de modo empírico (analítico) (quais são as línguas em questão, qual a sua materialidade, qual o seu funcionamento nas práticas de linguagem?; quanto de modo teórico: como funcionam no mesmo sujeito de linguagem as diferentes dimensões de língua nacional e de língua materna? (Payer, 2009a, s.d.)

Assim, a autora explora os conceitos de *língua nacional* e *língua materna* como dimensões da ordem da memória, como dimensões da linguagem que têm lugares e funcionamentos distintos para o sujeito e na sociedade. Alargamos esta compreensão para pensar o funcionamento discursivo da *língua oficial*, entendida aqui como dimensão discursiva da língua, que é da ordem da memória e que afeta os processos de identificação-subjetivação, dado que participa, juntamente com as outras dimensões da língua, na estruturação do sujeito em sua relação com a linguagem.

Em trabalhos anteriores já analisamos o funcionamento discursivo do português como língua oficial do Brasil⁴, mostrando os deslocamentos de sentidos produzidos nos processos históricos de sua definição jurídica. Como resultado das análises realizadas demonstramos que a dimensão de língua oficial do português do Brasil é representada na memória discursiva por **condensação metonímica**, ou seja, como a somaória de uma *denominação*- Língua Portuguesa- e de uma *norma ortográfica* submetida aos embates políticos e ideológicos de acordos internacionais. Desta maneira, apresentamos o **corpo imaginário** da língua oficial como sendo constituído *materialmente* (na história e na língua) por **seu nome e sua grafia**. Estes seus traços materiais lhe outorgam

4 Cf. Zoppi Fontana (2009; 2010; 2011; 2012; 2013).

imaginariamente uma estabilidade referencial que representam a língua oficial como sendo estável na sua forma e funcionamento e sempre a mesma para todos os cidadãos do estado brasileiro.

Por outro lado, o fato de a dimensão de língua oficial estar vinculada ao Estado, e especificamente a seus aparelhos jurídicos e administrativos, reforça o efeito de fixidez e homogeneidade que a significam discursivamente. No nosso trabalho temos investido recentemente em desnaturalizar o imaginário construído em torno da dimensão de língua oficial, mostrando teórica e analiticamente suas divisões e contradições constitutivas e os efeitos produzidos na sua forma e funcionamento pelos embates históricos e ideológicos que a tomam por objeto.

Neste artigo desenvolvemos uma reflexão nessa mesma direção, porém abordando um aspecto ainda não explorado na nossa pesquisa, a saber: as inflexões produzidas na língua oficial do Brasil pelo debate sobre o sexismo na linguagem.

Políticas públicas inclusivas e a questão da língua

Para desenvolver nossa reflexão constituímos um corpus de documentos do Brasil e do Portugal, inscritos tanto no regime do jurídico quanto do pedagógico, entendidos aqui como ordens discursivas na sua relação com os aparelhos ideológicos do Estado. Esses textos de gênero legislativo-administrativo se instauram como uma intervenção normativa para promover o uso não sexista da linguagem na administração pública. Recortamos para fins de análise no espaço restrito deste artigo dois textos, produzidos em relação a dois espaços estatais distintos:

- 1- *Manual para o Uso Não Sexista da Linguagem*, elaborado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres do Rio Grande do Sul, **Brasil**, datado em agosto de 2004.
- 2- *Guia para uma Linguagem Promotora da Igualdade entre Mulheres e Homens na Administração Pública*, elaborado pela Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, Presidência do Conselho de Ministros, **Portugal**, datado em maio de 2009.

A escolha deste material linguístico se fundamenta no intuito de descrever os efeitos produzidos sobre o imaginário da língua oficial, no que tange a sua forma linguística e seu funcionamento discursivo, por processos de gramatização distintos

acontecidos historicamente em dois espaços de enunciação (Guimarães, 2002; 2005) diferentes.

Em primeiro lugar, afirmamos nossa compreensão destes textos como *instrumentos linguísticos que participam do processo de gramatização da língua portuguesa*. Auroux (1992) define o processo de gramatização de uma língua como o desenvolvimento de tecnologias de linguagem que produzem um saber metalinguístico sobre a língua, afetando desse modo o funcionamento dessa língua em relação a outras em um espaço-tempo determinados. Para o autor, a gramática e o dicionário são as principais tecnologias de linguagem, após o surgimento da escrita, que permitiram objetificar a língua através de operações metalinguísticas que deram lugar a um saber específico cuja institucionalização legitimou usos e modos de dizer-escrever. Além da gramática, do dicionário e dos diversos gêneros de glossários, listas léxicas e vocabulários, podem também ser considerados como instrumentos linguísticos outros textos com função didática-normativa, como manuais, guias, livros didáticos, cânones, entre outros. Neste sentido, os textos que selecionamos para análise serão considerados como instrumentos linguísticos e interpretados em relação aos processos de gramatização mais amplos nos quais se inscrevem.

Por outro lado, o caráter jurídico-administrativo de textos legais, destinados a prescrever e normatizar um determinado uso linguístico, ao tempo que interdita outros, é próprio da implementação de políticas linguísticas, sejam elas induzidas ou impostas pelo poder estatal, sejam elas resultado de práticas próprias da sociedade civil (políticas editoriais, mercado de ensino de línguas, etc.). Neste sentido, consideramos que os textos que constituem nosso corpus de pesquisa participam de movimentos mais amplos de políticas linguísticas que legislam sobre a língua portuguesa no seu estatuto de língua de Estado⁵. Eles foram produzidos em condições históricas diferentes, o que permite explorar as contradições de processos de gramatização acontecidos em espaços de enunciação distintos.

- a- Dizem a respeito de duas línguas oficiais diferentes, embora se trate, em aparência, da mesma língua (o português). É importante destacar que do ponto de vista discursivo trata-se de fato de dimensões da língua portuguesa distintas, dado que comportam vínculos formais com dois Estados nacionais diferentes, cujas relações recíprocas foram marcadas por um processo de *colonização*

5 Cf. Orlandi (2002; 2007) para uma análise das políticas linguísticas em relação ao processo de gramatização do português no Brasil.

linguística (Mariani, 2004). Neste sentido, o português, enquanto língua oficial do Portugal, passou por um processo de gramatização diferente ao do português, enquanto língua oficial do Brasil.

- b- Dizem a respeito de duas esferas distintas da administração pública e do poder de Estado: a esfera nacional, no caso do texto originado em Portugal, e a esfera estadual, no caso do texto originado no Brasil. Esta escansão espacial recorta diferentemente o funcionamento da língua oficial em relação a seu âmbito de jurisprudência, o que nos permite refletir sobre as contradições internas à língua oficial de um mesmo e único Estado nacional⁶.
- c- Em ambos os textos o estatuto prescritivo-normativo está presente explicitamente, embora a relação dessa normatização com a tradição gramatical e o ensino de língua no sistema escolar seja também diferenciado, como mostraremos na análise.

Em relação ao uso não sexista da linguagem apontamos apenas que se trata de um debate tanto político quanto linguístico cuja origem se encontra principalmente nos movimentos feministas e de luta pelos direitos de igualdade entre gêneros. Refere-se à denúncia dos efeitos sociais e ideológicos do uso de formas linguísticas (lexicais e morfológicas) que reproduzem e reforçam representações preconceituosas das relações de gênero na sociedade. Em geral, apontam-se formas lexicais com conotação negativa usadas para referir à identidade de gênero das pessoas (como por exemplo *bicha*, *traveco*, *sapatão*, *cadela*, etc), mas principalmente identificam-se formas de natureza gramatical, tocando na estrutura mesma do sistema linguístico, como é o caso da flexão de gênero morfológico das palavras e, mais especificamente, do uso já consagrado do gênero masculino como forma genérica não marcada para referir a ambos os gêneros gramaticais⁷. Também inclui-se no debate a resistência à flexão em gênero feminino de nomes que referem a cargos e funções tradicionalmente ocupados por homens (por exemplo a recente polêmica sobre o uso do termo *presidenta*). Trata-se, portanto, de um debate sobre os efeitos ideológicos das práticas linguísticas e sobre a natureza política do uso da linguagem, sobre o qual não nos estenderemos neste trabalho. Nosso

6 Em 30 de janeiro de 2014 o governador Tarso Genro promulgou a lei estadual 14.484 que impõe o uso de linguagem inclusiva não sexista em todos os órgãos e práticas da administração pública do estado de Rio Grande do Sul. Não existe na administração federal do Brasil, até onde temos conhecimento, nenhuma lei do mesmo teor. Em 2002 foi apresentado um Projeto de Lei Complementar (PLC 102-2002) no Senado Federal contendo uma iniciativa semelhante, porém esse projeto, após ser aprovado no Senado, foi arquivado na Câmara de Deputados sem sanção.

7 Cf. Yaguello (1978; 2014); Possenti e Baronas (2006).

foco está em compreender o modo como esse debate impacta o processo de gramatização da língua portuguesa nos dois espaços de enunciação que recortamos.

Instrumentação de uma língua oficial não sexista no Brasil

A criação e publicação do *Manual para o Uso Não Sexista da Linguagem*, elaborado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres do Rio Grande do Sul, Brasil, em agosto de 2004 se inscreve em um programa mais amplo de políticas públicas afirmativas, visando à promoção dos direitos da mulher, que inclui entre outras iniciativas: a criação da Secretaria Estadual de Políticas para Mulheres, a instituição das Patrulhas Maria da Penha, a implementação das Delegacias e Postos especializados no atendimento às mulheres e a adoção de um sistema de cotas de gênero em programas sociais.

Pensar a linguagem como um elemento inclusivo e de promoção da igualdade de gênero é um dos desafios de uma administração que tem como propósito o enfrentamento a todas as formas de discriminação e segregação. Desde o seu início, esta gestão tem sido pautada pelo enfrentamento de temas no que diz respeito à garantia dos direitos das mulheres. Aderimos ao Pacto Nacional pelo Fim da Violência contra as Mulheres, ação que foi reforçada por projetos como a Patrulha Maria da Penha e o Telefone Lilás, ampliamos a rede de atendimento às mulheres e a oferta de cursos de qualificação profissional em áreas como construção civil e na agricultura familiar. (*Por uma sociedade inclusiva*, Mari Perusso, Secretária da Assessoria Superior do Governador, *Manual...*, 2014, p.11)

Neste sentido, os gestos administrativos de intervenção nas práticas linguísticas são significados na relação com outras decisões do aparelho político-administrativo do Estado de Rio Grande do Sul que promovem a equidade de gênero nas políticas públicas. Não se trata, portanto, de uma iniciativa isolada, o que permite afastar uma interpretação idealizada do papel da linguagem na sociedade, que pregoaria que mudanças linguísticas acarretam necessariamente mudanças sociais.

Queremos que este **Manual** se torne **mais uma ferramenta poderosa para que o Estado seja também invadido** pela construção da igualdade entre homens e mulheres” [...] “Este Manual determina e orienta a **“revisão” da linguagem internalizada na administração** do Estado do Rio Grande do

Sul”. (*Apresentação*, Tarso Genro, Governador do Estado do Rio Grande do Sul, *Manual...*, 2014, p.9)

Observe-se como o papel de instrumento linguístico que intervém eficazmente em um programa de políticas públicas aparece explicitado tanto na apresentação do Manual, de autoria do então governador do Estado de Rio Grande do Sul, Tarso Genro, quanto no interior do manual, pelas autoras do mesmo.

Em geral, quisemos fazer um **manual com um caráter propositivo** porque seu objetivo mais imediato é proporcionar **ferramentas** que contribuam para “mudar a sociedade atual”, pois ao promover que as mulheres sejam nomeadas estaremos potencializando uma mudança de mentalidades que conduzirá à criação de uma sociedade mais justa e equitativa. (*Manual...*, 2014, cap. Sua estrutura e conteúdo, p.17)

Por outro lado, é importante observar que a criação do Manual tomou por base uma publicação já existente, elaborada fora do Brasil. Trata-se do manual da *Red de Educación Popular Entre Mujeres de Latinoamérica y Caribe - REPEM-LAC*, cuja Coordenadora Geral era, na época, Patricia Stella Jaramillo Guerra. No expediente da publicação brasileira se explicita esta origem *exógena* do manual, mencionando-se tanto a existência da publicação em espanhol quanto a tradução ao português, a cargo de Beatriz Cannabrava; também menciona-se a consultoria linguística realizada pelas especialistas brasileiras convidadas Jussara Reis Prá, Leslie Campaner de Toledo e Télia Negrão, e o grupo de trabalho especificamente constituído para a elaboração do manual.

Realização: Grupo de Trabalho, Dec.Est. nº 49.995/2012

Evelise de Souza e Silva, Iria Melo de Souza, Marzie Rita Alves Damin, Luciana Lauermann, Gabriela Daudt, Claudia Ruzicki Kremer, Claudia Cardoso, Ramênia Vieira da Cunha, Marina Ramos Dermmam, Viviane Mafissoni, Maria Anita Kieling da Rocha, Eliane da Silva Alberche, Lilian Conceição da Silva Pessoa de Lira.

Já nas primeiras páginas do manual se fornecem informações relevantes sobre a instituição (REPEM LAC) que elaborou o manual tomado por base para o adotado pelo Estado de Rio Grande do Sul. Na sua página institucional, esta organização é apresentada como segue:

REPEM LAC desarrolla sus actividades en América Latina y el Caribe desde 1981. Es una **entidad civil** sin fines de lucro que cuenta con la participación de **65 instituciones, organizaciones y grupos de mujeres** en Argentina, Bolivia, Brasil, Chile, Colombia, Costa Rica, Cuba, Ecuador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicaragua, Panamá, Paraguay, Perú, República Dominicana, Uruguay y Venezuela. (www.repem.org)

Para efeitos de nossa análise, esta vinculação a uma ONG internacional com militância ativa e reconhecida no campo dos movimentos de mulheres na América Latina sinaliza uma inflexão no processo de gramatização da língua portuguesa no Brasil na sua dimensão de língua oficial. A legitimidade de um gesto de intervenção por parte do Estado sobre essa língua aparece, assim, justificada com base na práxis social dos movimentos de equidade de gênero que ultrapassam as fronteiras do Estado nacional brasileiro. Trata-se de um gesto de interpretação da cidadania que considera as condições históricas concretas de seu exercício na sociedade, submetida às contradições constitutivas das relações de dominação. No jogo imaginário de representações que significam as relações dos sujeitos com a linguagem, é o lugar da militância feminista e sua prática política que legitimam uma intervenção na língua e não o lugar de produção e institucionalização de um saber metalinguístico sobre a língua, representado pelo lugar do gramático, do linguista, do lexicógrafo ou de outros especialistas.

Desta maneira, se projeta nos enunciados uma imagem de *Estado democrático, republicano, moderno, tecnológico e aberto* às demandas sociais.

É tarefa dos governos **verdadeiramente democráticos e republicanos** combater as desigualdades sociais e econômicas, onde quer que elas se apresentem. A postura dos governantes no enfrentamento às discriminações e tratamentos desiguais, aos preconceitos de toda ordem e às ameaças a direitos humanos é o que dá conteúdo a estes governos. Insere-se neste contexto a crescente reivindicação pelo fim do tratamento discriminatório às mulheres [...] A **modernidade democrática**, assim, corrige mais uma das suas chagas. É incompatível com uma sociedade que se pretenda democrática e que desenvolve **tecnologias cada vez mais sofisticadas e instituições cada vez mais abertas**. (*Apresentação*, Tarso Genro, Governador do Estado do Rio Grande do Sul, Manual, 2014, p.9)

A língua oficial é representada, desse modo, como alvo emblemático das lutas por equidade de gênero travadas na sociedade e como espaço de intervenção possível do Estado na sua resposta à reivindicação social. Adotar na administração pública uma linguagem inclusiva não sexista simboliza metaforicamente o diálogo democrático entre a sociedade civil e o governo.

No Manual adotado pelo Estado do Rio Grande do Sul (Brasil) observamos ainda outro deslocamento importante em relação aos processos de gramatização da dimensão de língua oficial do português do Brasil. Trata-se do modo específico como se constrói a representação da fonte de performatividade que sustenta o gesto de instituir

uma normativa para a língua oficial. Assim, conforme aparece representada no texto, a condição de possibilidade e de legitimação desse gesto (a felicidade desse ato de linguagem, em termos austinianos) não está dada pelo aparelho do Estado, mas pela *presença de mulheres* nos cargos públicos; ou seja, é novamente a práxis política e social que é representada como fundamento ético e social do fazer administrativo-jurídico do poder de estado.

Abordarmos o tema da equidade, pautada pela linguagem inclusiva e não sexista, só é possível porque **hoje, neste Governo, temos a participação feminina em postos de comando e decisão.** (Por uma sociedade inclusiva, Mari Perusso, Secretária da Assessoria Superior do Governador, Manual, 2014, p.11)

Outro aspecto a destacar neste documento é o modo como aparece significada a relação da administração pública do Estado com o saber escolar e a promoção de práticas linguísticas específicas. Neste sentido, o *Manual...* se representa em uma relação de descontinuidade e ruptura com o conhecimento gramatical reproduzido na escola e materializado no discurso de gramáticos de renome e no texto de dicionários amplamente utilizados.

O *Manual...* inclui críticas aos verbetes “homem” e “mulher” do Dicionário Aurélio, apontando para o androcentrismo dos mesmos, principalmente em relação às locuções fixas apresentadas nos verbetes, as quais são comparadas em duas colunas no texto para demonstrar seu funcionamento discriminatório e sexista. Trazemos a seguir um recorte dessa apresentação a guisa de exemplo, extraído das páginas 38 a 40 do *Manual...*

Depois de 14 definições para o verbebo homem, o Aurélio lista as seguintes locuções:

Locução homem	Definição	Locução mulher	Definição
Homem da lei	Magistrado, advogado, oficial de justiça	⊗	⊗
Homem da rua	Homem do povo	Mulher da rua	Meretriz
Homem de ação	Indivíduo enérgico, ativo, expedito, diligente	⊗	⊗
Homem de bem	Indivíduo honesto, honrado, probo	⊗	⊗
Homem de cor	Homem negro ou mulato	⊗	⊗

11 Etimologia: origem e formação de palavras.

A lista de locuções referidas ao verbebo “homem” continua na página seguinte do *Manual...* Não reproduzimos aqui a tabela completa, pois o recorte que apresentamos é representativo do funcionamento discursivo que analisamos. Em seguida o *Manual...*

apresenta uma tabela com as locuções presentes no verbete “mulher” no mesmo dicionário Aurélio.

MANUAL
PARA O USO NÃO
SEXISTA DA LINGUAGEM

Porém, para o verbete mulher, além das 10 definições (sendo duas relacionadas com a sexualidade), encontramos uma série de 15 “pérolas” para as formações com ou sem hífen que, para o pessoal do dicionário, continua sendo uma palavra, no caso composta, mas palavra¹². Todas com a mesma definição: Meretriz.

1. Mulher - dama
 2. Mulher da rótula
 3. Mulher da rua
 4. Mulher da vida
 5. Mulher da zona
 6. Mulher de amor
 7. Mulher de má nota
 8. Mulher de ponta de rua
 9. Mulher do fandango
 10. Mulher do mundo
 11. Mulher do pala aberto
 12. Mulher-errada
 13. Mulher-perdida
 14. Mulher-solteira
 15. Mulher-vadia
- 

O *Manual* também traz uma citação do reconhecido gramático de Evanildo Bechara e a avalia negativamente, apresentando-a como exemplo da posição errada da tradição gramatical.

Quando a presidenta Dilma Rousseff transformou em lei a obrigatoriedade de expedir diplomas e certificados com a flexão de gênero correspondente ao sexo da pessoa diplomada, ao designar a profissão e o grau obtido, **houve muita polêmica. O gramático (e acadêmico) Evanildo Bechara a reforça:** “Pela tradição, o masculino engloba os dois. Quando digo: “Almocei na casa de meus tios”, tanto me refiro a tios como a tias. O masculino é usado nos diplomas porque engloba o feminino, **seguindo a tradição da língua**”. (*Manual...*, p.34)

Nas formulações do *Manual...* desenha-se uma oposição entre o que é representado como *uso correto da língua* e o que é criticado como imposição da tradição gramatical; neste sentido, *uso correto* e *uso gramatical* da língua não coincidem, o que mostra materialmente no texto a ruptura discursiva entre as dimensões de língua nacional e língua oficial do português.

Todas essas considerações colocam em questão a necessidade de elaborar um **recurso didático** que facilite o **uso correto da língua** e foram elas que levaram à formulação do presente manual, cujo objetivo geral é precisamente proporcionar às e aos servidores públicos uma **ferramenta clara e simples** que lhes sirva para **a implantação e o uso de uma linguagem inclusiva nas práticas escritas e orais de onde trabalham.**[...] Pretendemos contribuir para **eliminar** dos documentos, ofícios, relatórios, circulares, convocatórias,

cartazes, materiais didáticos, etc. (elaborados nessas instituições) **o uso de uma linguagem sexista-discriminatória e utilizar uma alternativa de uso correto** que contribua para a equidade de gênero. Quisemos fazer um manual com um **caráter propositivo**. (*Manual...*, 2014, p.16).

Podemos, assim, afirmar que a dimensão de língua oficial, tal como é significada no *Manual...*, se afasta do funcionamento da dimensão de língua nacional, produzida ao longo da história por meio da elaboração de gramáticas e dicionários e através da reprodução e divulgação desse conhecimento no ensino formal escolarização⁸.

Instrumentação de uma língua oficial não sexista em Portugal

A publicação do *Guia para uma Linguagem Promotora da Igualdade entre Mulheres e Homens na Administração Pública*, elaborado pela Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, da Presidência do Conselho de Ministros de Portugal, em maio de 2009, também é apresentada nos documentos como parte de um Programa mais amplo de políticas públicas.

Os Planos Nacionais para a Igualdade (PNI) têm contemplado **um conjunto de medidas de cariz estruturante**, comuns a todos os sectores sociais e a serem implementadas por todos os órgãos da administração pública, central e local. Uma dessas medidas reporta-se à **comunicação institucional e à linguagem utilizada pelos serviços públicos**. Com o presente Guia pretende a Comissão contribuir para incluir a dimensão da igualdade de género na linguagem escrita (...), nomeadamente nos impressos, publicações, documentos e sites dos Ministérios e respectivos serviços, conforme consta no III PNI (2007-2010). (*Nota prévia*, Elza Pais Presidente da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, *Guia...*, 2009, p.9)

Porém, à diferença do processo de intervenção política na língua oficial acontecido no Brasil, a elaboração e criação do *Guia...* no Portugal não reconhece nenhum vínculo textual com algum instrumento linguístico anterior formulado no exterior: o processo de instrumentação não sexista da língua oficial é, em território português, de natureza endógena. No entanto, as especialistas convocadas são também todas mulheres, atuantes no âmbito acadêmico e político do Estado.

⁸ Pfeiffer (2005) analisa o efeito de coincidência e sobreposição produzido entre a língua nacional, a língua oficial e a língua materna no processo de escolarização.

O presente **Guia** foi feito a partir dos trabalhos realizados entre 1999 e 2002, primeiramente pela equipa que concebeu e aplicou o *Manual de Formação de Formadores/as em Igualdade entre Mulheres e Homens* coordenado pela Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, e mais tarde por uma equipa constituída por Maria Helena Mira Mateus (Universidade Clássica de Lisboa), Graça Abranches (Centro de Estudos Sociais, Coimbra), Fernanda Henriques (Universidade de Évora), Teresa Alvarez (Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres), Ana da Silva e Teresa Cláudia Tavares (Escola Superior de Educação de Santarém) e reunida sob a égide da então Secretária de Estado para a Igualdade, Maria do Céu da Cunha Rego. (*Nota prévia*, Elza Pais Presidente da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, *Guia...*, 2009, p.9)

Outra diferença significativa deste documento é o fato de não representar nenhum vínculo com demandas sociais ou reivindicações de movimentos sociais. A iniciativa aparece justificada em relação à necessidade de promover uma *prática linguística democrática* capaz de produzir *uma redefinição do universo da cidadania*.

Mais do que uma simples re-nomeação, uma substituição de umas formas por outras formas, o que está em causa é **uma redefinição do universo de utentes – um universo composto por cidadãos e por cidadãs**. A participação dos vários serviços públicos neste objectivo permitirá o posterior **alargamento das propostas deste Guia a outros domínios da linguagem administrativa e jurídica**, bem como a abordagem de outras questões de ordem gramatical, sintáctica e discursiva, de igual relevância para **uma prática linguística democrática**. (*Guia...*, 2009, p.15)

O *Guia...* inclui um capítulo intitulado *Enquadramento*, no qual se explicitam os antecedentes jurídico-administrativos que servem de fundamento ao documento. Trata-se de resoluções, convenções e recomendações de organismos supranacionais (ONU, UNESCO, Conselho Europeu) e nacionais (Conselho de Ministros, Constituição Nacional). São esses textos e seu carácter prescritivo que aparecem representados no *Guia...* como a fonte legitimadora do gesto do Estado português em relação à sua língua oficial. Também em relação à construção da performatividade do documento o texto do *Guia ... do Portugal* se diferencia do *Manual... do Rio Grande do Sul-Brasil*. Não é a práxis social e política que se encontra na base, mas a atividade legislativo-administrativa do Estado e dos órgãos supranacionais.

Porém a diferença mais significativa entre os dois instrumentos linguísticos que analisamos se encontra no modo como se inscrevem no processo de gramatização da

língua portuguesa no Brasil e no Portugal. O *Guia* adotado pela administração de Estado do Portugal é significado na continuidade do processo de gramatização.

O Guia cita positivamente a tradição gramatical e a coloca como ponto de sustentação de uma política em prol de uma linguagem inclusiva.

Mas já Fernão de Oliveira, o primeiro gramático da língua portuguesa, evidenciou a incorrecção substancial do masculino genérico ao escrever: “*Marido e mulher ambos são bons homens*”, *enfim, posto que muitas desproporções ou dissemelhanças se cometem na nossa língua...* (*Gramática da linguagem portuguesa*, 1536, Cap. XLIX.)

Desta maneira, o *Guia...* se inscreve na tradição gramatical sem descontinuidades e se beneficia da legitimação que ela produz.

A utilização de formas duplas é geralmente considerada o recurso mais adequado e eficaz relativamente aos propósitos de visibilidade e simetria. No caso de haver adjectivo(s) aplicado(s) a formas duplas, dever-se-á recorrer à regra de concordância com o substantivo mais próximo, que segundo Celso Cunha e Lindley Cintra (Cunha, 1984: 274) é, aliás, a mais comum. (*Guia...*, 2009, p.19).

Embora o *Guia...* também seja crítico em relação aos verbetes “homem” e “mulher” do *Grande Dicionário de Língua Portuguesa*, coordenado por José Pedro Machado para a Sociedade de Língua Portuguesa, prevalece sua ligação à tradição gramatical, produzindo como efeito de sentido a coincidência entre *uso correto da língua* (as práticas relacionadas a uma linguagem inclusiva) e *norma gramatical*. O *Guia* promove uma mudança no uso e nas práticas da língua oficial, porém representa essas mudanças como continuidade com o saber metalinguístico produzido pelo processo de gramatização para a língua portuguesa no Portugal. Não há assim ruptura nem descontinuidade na instrumentação não sexista da língua oficial do Portugal.

Conclusão

Com este trabalho almejamos desnaturalizar os sentidos atribuídos geralmente ao conceito de *língua oficial* e às práticas linguísticas que esse termo nomeia. Por se tratar da relação de uma língua concreta com o aparelho jurídico-administrativo do Estado nacional, essa língua é usualmente interpretada como homogênea e estável, praticamente cristalizada na forma de um nome (sua denominação oficial) e uma grafia

(estabelecida juridicamente a partir de um acordo internacional). Costuma-se falar na *comunidade de países de língua portuguesa* para referir aos estados nacionais que adotam o português como língua oficial. Neste sentido, prevalece a representação imaginária de que se trata sempre da mesma e única *língua oficial*.

Ancorados nos postulados da Análise do Discurso e da História das Ideias Linguísticas, nossa compreensão do funcionamento da *língua oficial* é outra. Nós a consideramos como uma *dimensão da língua*, relacionada com as memórias que a significam na história. Portanto, a representação imaginária e o funcionamento discursivo da *língua oficial* é resultado do processo de gramatização que afeta uma determinada língua em um dado espaço territorial. Com as análises realizadas acreditamos ter demonstrado as diferentes inflexões e contradições que determinam a língua oficial de diversas sociedades. Vimos que, mesmo tomando uma “mesma” língua por base (o português) e vinculando os gestos de intervenção sobre ela a uma mesma preocupação social (instaurar um uso não sexista da linguagem nos documentos e práticas da administração pública estatal), o modo de representação e significação da língua oficial é diferente no *Manual* brasileiro e no Guia português.

O traço mais marcante dessa diferença se coloca em relação à tradição gramatical e a seu papel de fundamento legitimador do gesto estatal de intervenção em e instrumentação de a língua oficial. Atribuímos essa diferença aos efeitos do processo de colonização linguística sofrido pela língua portuguesa no Brasil, os quais afetaram inescapavelmente o processo de gramatização dessa língua no Brasil. Deste modo, os gestos de política linguística nos quais se origina a elaboração do *Manual...* não se inscrevem na tradição gramatical nem na continuidade de um saber metalinguístico reproduzido pelo aparelho escolar. No caso do Portugal, a instrumentação de uma língua oficial não sexista encontra seu esteio no saber gramatical, com o qual não rompe.

Esta diferença no funcionamento também afeta o modo de representação da relação entre ensino e língua. No caso do Brasil, a administração pública e as instâncias do governo são significadas na ruptura com o saber escolar acumulado através do tempo. As práticas linguísticas da Administração pública teriam a função de *fomentar uma cultura que não foi ensinada nas escolas*, servindo como exemplo.

A mensagem, que é transmitida pela **Administração e as instâncias de governo**, atingem a muitas pessoas, e é **um exemplo** do que se pode dizer ou não, e do que se deve fazer ou não.

Nas pessoas que ocupam altos cargos está, em grande parte, a responsabilidade de fomentar uma cultura que não foi ensinada nas escolas e que, a partir de encaminhamentos de diferentes programas desenvolvidos pelas secretarias, pode ser impulsionado com certa eficácia. (*Manual...*, 2014, p. 76)

No caso dos documentos produzidos no Portugal essa ruptura ou não coincidência entre a língua oficial (aparelho jurídico-administrativo do Estado) e a língua nacional (aparelho escolar e tradição gramatical) não se dá.

Finalmente, para concluir, destacamos que essas políticas públicas de intervenção linguística agem principalmente em relação às práticas de escrita que estão na base do funcionamento da burocracia dos aparelhos de Estado. Reforça-se, assim, a imagem construída sobre a dimensão de *língua oficial*, que a representa frequentemente como *língua de escrita*. Apesar da dominância da escrita nas práticas de normatização de um uso correto não sexista da língua, ambas as cartilhas representam uma continuidade da escrita para a oralidade. A *língua oficial*, na sua forma escrita, promove mudanças que impactam também as práticas orais dessa língua e, ao mesmo tempo, as práticas sociais da oralidade na sociedade determinam os usos “corretos” da língua oficial escrita.

Como o objetivo é promover a igualdade de tratamento entre mulheres e homens **na administração pública**, apresentamos o Manual de Linguagem Inclusiva Não Sexista, [...] que, a partir de agora, **orientará a linguagem escrita dos ofícios e publicações do Poder Executivo Estadual [...]** Com **discursos e documentos oficiais do Governo** que incluam expressões no feminino, garantiremos a maior visibilidade das mulheres e caminharemos rumo à mudança cultural e social tão necessária em nosso Estado. (*Manual...*, 2014, Brasil)

Com o presente **Guia** pretende a Comissão contribuir para incluir a dimensão da igualdade de género **na linguagem escrita (...), nomeadamente nos impressos, publicações, documentos e sites dos Ministérios e respectivos serviços.**(*Guia...*, Portugal, 2009)

Assim, a promoção de uma linguagem inclusiva a partir de iniciativas do Estado, por meio de seu aparelho jurídico-administrativo funciona historicamente como um gesto de política linguística que se inscreve, para significar, nas memórias discursivas que afetam essa língua e nos processos de gramatização que a instrumentam na sua dimensão de *língua oficial*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Araújo, Anne F. de Costa. 2007. *Língua e identidade: reflexões discursivas a partir do Diretório dos Índios*. Maceió, edUFAL.

Mariani, Bethânia. 2004. *Colonização linguística*. Campinas, Pontes.

Orlandi, Eni. 2002. *Língua e conhecimento linguístico*. Para uma História das Ideias no Brasil. São Paulo, Cortez Editora.

Orlandi, E. (ed.). 2007. *Política Linguística no Brasil*. Campinas, Pontes.

Payer, M. Onice. 2009a. Dimensões Materna e Nacional das Línguas. In: *Anais do SILEL*. Volume 1. Uberlândia: EDUFU.

_____. 2009b. Imigrante: sujeito moderno. Dispositivos de objetivação do sujeito e da língua na modernidade. In: Zoppi Fontana, M. (Org) *O Português do Brasil como língua transnacional*. Campinas: RG Editora, p. 43-58

Pfeiffer, Cláudia. 2005. O saber escolarizado como espaço de institucionalização da língua. In: Guimarães, Eduardo e Miriam Brum de Paula. *Sentido e Memória*. Campinas, Pontes, p.27-40

Possenti, Sírio e Roberto Baronas. 2006. A Linguagem Politicamente Correta no Brasil: Uma Língua De Madeira? In: Revista *POLIFONIA*, Cuiabá, EdUFMT, V. 12 N. 2, p. 47-72.

Yaguello, Marina. 1978. *Les mots et les femmes*. Paris, Payot.

_____. 2014. *Les mots ont un sexe : pourquoi*. Paris, Points.

Zoppi Fontana, Mónica. 2009. Acontecimento linguístico: o discurso político e a comemoração da língua. In: *Anais do IV SEAD-Seminário de Estudos de Análise de discurso*. Porto Alegre: UFRGS. CD-r Disponível em: http://www.discurso.ufrgs.br/sead4/prog/s2_Mónica.pdf Acesso 29 set 2011

_____. 2010. Legislar sobre a língua. Resumo expandido. *GT de Análise de discurso: XXV ENANPOLL*. Belo Horizonte: UFMG. Disponível em: http://www.anpoll.org.br/eventos/enanpoll2010/data/admin/exibe_resumo.php?CodResumo=549 Acesso 25 ago 2011

_____. 2011. Língua política: modos de dizer da/na política. In: ROMÃO. Lucília e Ana ZANDWAIS. *Leituras do político*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, pp. 65-82.

_____. 2012. A arte do detalhe. Web-Revista *Discursividade: Estudos Linguísticos*. v.9, jan.-mai. Disponível em <http://www.discursividade.cepad.net.br/> Acesso 10 jan 2016

_____. 2013. Equívocos da/na língua oficial. In: DIAS, Cristiane e Verli PETRI *Análise do Discurso em perspectiva: teoria, método e análise*. Santa Maria, Editora da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), pp. 275-296.

